

A história mostra que a sustentabilidade do agro depende de quatro fatores fundamentais: tecnologia (pesquisa e desenvolvimento); defesa sanitária; políticas de estabilização de renda (crédito, seguro e preços); e infraestrutura de suporte e comercialização. É preciso eliminar a burocracia, porque o crédito não chega ao produtor. São necessários mais recursos para a pesquisa.

Tornou-se imprescindível que o Brasil desenhe uma nova política agrícola, com instrumentos efetivos e permanentes de proteção ao produtor, garantia de crédito, seguro e medidas como a redução da carga tributária.

No que diz respeito ao Código Florestal, a lei vigente é impossível de ser cumprida. É obsoleta, distante da realidade e tem caráter punitivo. O Brasil precisa de uma legislação ambiental que seja efetiva no seu papel de conservação, sem barrar a produção e o desenvolvimento do País.

É anacronismo e nos causa indignação o fato de quererem, insistentemente, separar os produtores rurais em classes de pequenos e grandes, destacando sempre que o último é o vilão do meio ambiente. Ao contrário. Seja pequeno, médio ou grande, todos são produtores rurais, com direitos e obrigações. Pensar de forma diferente é negar o direito de o pequeno produtor de almejar crescer e tornar-se grande.

O produtor é amigo do meio ambiente e dele depende a sua sobrevivência. Compreendemos que, em muitos casos, a desorganização fundiária é o gatilho dos principais danos ambientais.

Em relação à questão agrária, a reforma agrária brasileira é um programa de estatização de terras privadas, desapropriadas para que pessoas sejam assentadas. A produção é insignificante e os assentados ficam eternamente dependentes do assistencialismo do Estado e do anacronismo de movimentos pseudossociais, pois os agricultores não recebem os títulos de propriedade e, por isso, não conquistam a emancipação. A reforma agrária deveria e deve ter começo, meio e fim. Já passou a hora do fim. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

Priorizar pesquisa



João Sampaio*

COM A crise econômica mundial, os cortes parecem inevitáveis e abrangem as mais diversas áreas de uma empresa. Mesmo com o anúncio incessante de redução de custos, há espasmos de investimentos em pesquisa e tecnologia. É na crise que a inovação se faz mais necessária.

A Microsoft, empresa líder no quesito produtos inovadores, crescerá para mais de US\$ 9 bilhões seus recursos com pesquisa em 2009, conforme anunciou seu conselheiro geral, Brad Smith, em recente palestra proferida na Câmara Americana de Comércio (Amcham) em março. Para ele, a inovação é a palavra no momento de crise.

Pesquisa da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), realizada em abril deste ano, mostrou que haverá queda nos investimentos totais industriais no estado de São Paulo de R\$ 102 bilhões para R\$ 81 bilhões, comparados aos de 2008 e 2009. Má notícia. Mas a boa é que a redução menor deverá ser exatamente em P&D (5,7%) e inovação (2,3%). O corte maior será mesmo para aquisição de máquinas e equipamentos, da ordem de 27%. Tais estatísticas, válidas para o agronegócio, mostram o novo olhar do empresariado brasileiro, compatível com a de um grande competidor do comércio internacional.

E o Poder Público, como vai se comportar aqui e no mundo? Nos Estados Unidos, em meio ao turbilhão econômi-

co, o governo Barack Obama, além do gigante orçamento normal de US\$ 3,6 trilhões, ainda aprovou para o próximo biênio um pacote de estímulos de mais US\$ 787 bilhões para setores estratégicos, nos quais constam US\$ 111,4 bilhões voltados à pesquisa científica. O que caiu no governo Bush, agora foi recuperado e ampliado.

O governo do estado de São Paulo, entre 2007 e 2008, apresentou os maiores investimentos em pesquisa agropecuária dos últimos 25 anos. No total, foram R\$ 30 milhões para modernização e certificação dos centros e laboratórios, recursos provenientes do Tesouro do estado e das parcerias com as agências de fomento à pesquisa de São Paulo. Em 2009, não vamos parar, são outros R\$ 18 milhões previstos para inovação. Aliás, a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa) recebe 1% das receitas ordinárias do estado de São Paulo.

A Apta (Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios), que abriga os seis institutos de pesquisa agropecuária de São Paulo, é responsável pelo desenvolvimento de ações voltadas à geração de conhecimento e novos cultivares. São mais de 1.500 linhas de pesquisa em desenvolvimento. Em 2008, foram lançadas 34 novas variedades de plantas, com destaque para cana, feijão, amendoim, seringueira e flores ornamentais. Graças ao programa de qualificação e certificação, seja na área animal ou vegetal, e credenciamento internacional dos laboratórios e dos centros de estudo, a pesquisa paulista alça novos vãos com a exportação de conhecimento e tecnologia para outros estados e, principalmente, firmando parcerias estratégicas com vários países.

É a exportação da inovação tecnológica, um outro patamar que o País tem todas as condições de desenvolver, especialmente em nosso setor – o agronegócio. Na contramão, a esfera federal aprovou para 2009 um corte e contingenciamento de R\$ 1,23 bilhão para ciência e tecnologia. ■

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo